Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Indi Expresso — Serviços de Estafetagem e Distribuição, L.ª, e tem a sua sede em Lisboa, na Rua de Vasco Botelho do Amaral, lote F, cave direita, freguesia de Benfica.

2 — A gerência poderá deslocar a sede do concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá instalar e manter outras formas de representação social.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o exercício da actividade de serviços de estafetagem e distribuição.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de quatrocentos mil escudos e está dividido em duas quotas iguais de duzentos mil escudos cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Estrela da Silva Botelho e Carlos Manuel da Costa Vaz.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá adquirir participações como sócia de responsabilidade limitada em sociedades com objecto igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá exigir dos sócios, por acordo unânime de todos, por prestações suplementares, até ao montante global de dez milhões de escudos.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência e representação da sociedade, remunerada ou não conforme for deliberado. Será exercida por dois ou mais gerentes a designar em assembleia geral.

2 — Ficam desde já designados gerentes ambos os sócios.

3 — Para obrigar validamente a sociedade é necessária a intervenção de dois gerentes.

ARTIGO 7.º

Fica vedado à gerência obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, tais como abonações, fianças, letras de favor e outros actos semelhantes.

ARTIGO 8.º

A cessão de quotas a favor de estranhos, depende do consentimento da sociedade, a quem fica reservado o direito de preferência em primeiro lugar e aos sócios não cedentes em segundo lugar.

ARTIGO 9.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial da quota;
- c) Falência ou morte do seu titular;
- d) Quando o respectivo sócio deixar de comparecer ou de se fazer representar nas assembleias gerais por mais de três anos consecutivos;
- e) Quando, em virtude de partilha realizada em consequência de divórcio, separação judicial de pessoas e bens ou só de bens, a quota não fique a pertencer integralmente ao seu titular.

2 — A quota amortizada poderá figurar no balanço como tal, bem como poderão posteriormente, por deliberação dos sócios, em vez de quota amortizada, serem criadas uma ou mais quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

Está conforme o original.

22 de Agosto de 1996. — O Segundo-Ajudante, *António Sérgio Barros Martins*.
3000220635

LX DESIGN, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 15 216/20050602; identificação de pessoa colectiva n.º 504457551; inscrição n.º 03; número e data da apresentação: 04/20050906.

Certifico que foi registado o seguinte:

Transformação em sociedade unipessoal por quotas e alteração total do contrato.

Firma: LX Design, Unipessoal, L.ª

Sede: Lisboa, Rua do Professor Simões Raposo, 13-E, freguesia do Lumiar.

Capital: 5000 euros.

Sócia e quota: Maria Raquel de Sá Machado Canelas — 5000 euros.

Forma de obrigar — pela assinatura de um gerente.

Teor dos artigos:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma LX Design, Unipessoal, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua do Professor Simões Raposo, 13-E, freguesia do Lumiar, concelho de Lisboa.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em comercialização de mobiliário e artigos de decoração; *atelier* de arquitectura de interiores e *design*.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cinco mil euros, representado por uma quota de igual valor nominal pertencente à sócia única.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a representação da sociedade, pertencem a sócia única ou a não sócios, a qual poderá não ser remunerada conforme aquela decidir.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — É gerente a sócia Maria Raquel de Sá Machado Canelas, já designada.

ARTIGO 5.º

A sócia única fica autorizada a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam à prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, nos termos permitidos por lei, mesmo que o objecto desses agrupamentos complementares e ou empresas não coincida no todo ou em parte com aquele que a sociedade está exercendo.

Está conforme o original.

22 de Setembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Mariana Madeira Palma Ruivo Pimenta*.
2009105362

LISBOA — 3.ª SECÇÃO

STUDIMÉDIA — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 07991/971209; identificação de pessoa colectiva n.º 504012436; inscrições n.ºs 07 e 04; números e datas das apresentações: 03/041122 e 29/040415.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registada a redenominação do capital para euros, ficando assim alterado parcialmente o contrato, quanto ao artigo 3.º, que passou a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros valores sociais, é de quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove euros e oitenta centimos e corresponde à soma de oito quotas, uma no valor nominal de nove mil, novecentos e setenta e cinco euros e noventa e seis centimos, pertencente à sócia Maria Teresa Ricardo Romão Braz, uma no valor de nominal de nove mil, novecentos e setenta e cinco euros e noventa e seis centimos, pertencente à sócia Maria Jessa Parra Fidalgo Ramos Marques, uma no valor nominal de quatro mil, novecentos e oitenta e sete euros e noventa e oito centimos, pertencente ao sócio Carlos Amante Crujeira, uma no valor nominal de dois mil, quatrocentos e noventa e três euros e noventa